



Deficiência e Inclusão: Novos Desafios na Contemporaneidade

Francisco Gilberto Braga de Sousa¹, Joelson Rodrigues Miguel²

Resumo: A inserção do aluno com deficiência no ensino regular pode ser um caminho para a construção e reconstrução de conhecimento e, para o desenvolvimento cognitivo. Desta forma contribui para a formação de sua identidade e promovendo uma maior integração social. Este trabalho discute a deficiência e a inclusão como novos desafios na contemporaneidade, à luz da literatura, mais especificamente dos autores: Mantoan e Prieto (2003); Effgen (2017); Freire e Bianchetti (2017); Marcotti e Marques (2017); Coutinho (2018) e, Sousa (2020). Concluiu-se que a inclusão da pessoa com deficiência precisa ser compreendida através da valorização do outro e do respeito às diferenças e a diversidade. Para isso, é preciso implantar políticas educacionais de capacitação continuada de educadores, com base na inclusão, de forma a que o poder público possa prover os meios necessários para efetivação da garantia à uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Integração social; Deficiência e inclusão.

Disability and Inclusion: New Challenges in Contemporaneity

Abstract: The insertion of students with disabilities in regular education can be a path for the construction and reconstruction of knowledge and for cognitive development. In this way it contributes to the formation of its identity and promotes greater social integration. This paper discusses disability and inclusion as new challenges in contemporary times, in the light of the literature, more specifically by the authors: Mantoan and Prieto (2003); Effgen (2017); Freire and Bianchetti (2017); Marcotti and Marques (2017); Coutinho (2018) and Sousa (2020). It was concluded that the inclusion of people with disabilities needs to be understood through valuing the other and respecting differences and diversity. For this, it is necessary to implement educational policies for the continuous training of educators, based on inclusion, so that the public power can provide the necessary means to ensure the guarantee of an inclusive and quality education.

Keywords: Inclusive education; Social integration; Disability and inclusion.

¹ Graduação e Bacharel em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Mestrado em Educação pela Florida Christian University- FCU. Professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Brasil;

² Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción-PY . Pós-Doutorado pela Universidade Autónoma de Asunción-PY e Pós-Doutorado pela Florida Christian University. joelsonrmiguel@hotmail.com.

Introdução

A inclusão provoca mudanças no modelo educacional e é a garantia dos direitos de todos os alunos, sem exceção, que todos devem participar de uma educação de qualidade num cenário no qual o educador assume o papel de promover a integração de todos os alunos, não mais se limitando apenas a repassar o conhecimento, mas também promovendo a educação de qualidade.

A inserção escolar traz um novo modelo e alguns desafios para a verdadeira inclusão escolar de pessoas com deficiência, sendo que é necessário a formação continuada para a inclusão onde deve ser desconstruída a ideia de que somente em turmas homogêneas acontece a qualidade no processo de ensino e aprendizagem. Neste contexto, a efetividade da participação do educador no referido processo de inclusão requer que este se mantenha preparado para promover o desenvolvimento e ensino de qualidade promovendo conhecimentos e trazendo para sua prática pedagógica um aprendizado de forma significativa, e tornar o ensino eficiente para todos os educandos, independentes de serem especiais ou não.

A sociedade contemporânea passa por um processo de aperfeiçoamento em que se faz necessário agregar valores para que seja extinta toda e qualquer forma de preconceito em que seja realizado em sua forma mais plena o cumprimento da palavra “democracia”, onde se busca o desenvolvimento pleno de uma pessoa frente à educação e ao acesso aos meios de conhecimento e informação.

Seguindo esse caminho, “permitir a interação social do aluno em situação de inclusão é permitir-lhe o acesso à cultura e à cidadania” (BERBAT, ZAPPAROLI, 2013, p. 12).

Bezerra (2014) comenta que a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais está cada vez mais em crescente evidência dentro do ambiente escolar, desta forma complementa:

De maneira similar, o tempo todo hoje se fala em nosso país de uma escola pluralista, que se abre às diferenças, às deficiências e que oferece as mesmas oportunidades de acesso e permanência para todos os alunos, sem distinção alguma. Já no ponto de partida, todos são considerados iguais pela e na escola inclusiva, e qualquer diferenciação é considerada perigosa, inconciliável com essa atitude “democrática” (BEZERRA, 2014, p. 18).

Para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos no ensino regular e o ensino precisa de uma revisão,

a fim de atender as demandas individuais de cada aluno, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos.

Corroborando com este pensamento, Marchesi (2004) expressa que:

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos (MARCHESI, 2004, p. 39).

A partir da alteração da Constituição Brasileira, as leis também se adequaram, entregando-se à educação de alunos com deficiência. Contudo, de início, essas leis previam unicamente o bem-estar desses alunos, com o passar do tempo esse contexto foi avançando, transpondo a privilegiar todas as particularidades desse sujeito. A princípio essas leis contemplavam unicamente às redes de ensino particular e só depois passou a incluir todo o sistema, tanto público, quanto o privado, integrando assim em seus currículos a Educação Especial. Atualmente se fala em inserção escolar, onde esses discentes com alguma deficiência são integrados impreterivelmente na rede regular de ensino, tanto do ensino público como no ensino particular.

No entanto, para as instituições atender este público, a lei também ampara que a mesma tenha toda uma estrutura. A Constituição Brasileira de 1988, Art 205 afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seu Artigo 208, prevê que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (COUTINHO, 2018). A pessoa com deficiência precisa que a lei seja realmente efetivada, pois ainda presenciamos em alguns contextos escolares práticas totalmente segregativas que ao invés de incluir os alunos apenas integram os mesmos sem que interajam com seus colegas de forma interacional, dinâmica.

A Inclusão Escolar

A inclusão escolar oportuniza o aperfeiçoamento do processo educativo possibilitando novos meios de construir o conhecimento, especialmente quando esses sujeitos são incluídos no espaço escolar e na interação entre aluno e escola em que o objetivo deverá ser o desenvolvimento geral do indivíduo por meio de uma educação inclusiva do aluno, sendo este um aspecto representativo de tarefa árdua que exige mudanças profundas no contexto educacional, como a identificação de novas estratégias, quebra de preconceitos e práticas educativas.

Na concepção de Ferraz, Araújo e Carreiro (2010):

A inclusão ainda é um processo em todos os lugares, e o processo se vive, se aprende, com correção das falhas. Enquanto a inclusão estiver dentro dos moldes burocráticos e regidos por ordens superiores, como as determinações políticas que muitas vezes desconhecem a realidade, os avanços não se concretizarão. Assim, para que isso aconteça é preciso resolver os problemas atuais e construir, eliminando as falhas, as quais estão escondidas na realidade inclusiva, uma vez que a escola se constitui por uma ampla dimensão de características individuais que não são consideradas. A inclusão não deve ser efetivada sem que se considerem as condições em que será desenvolvida. Deverá ser verificado o que pode ser oferecido para diminuir as dificuldades trazidas pela deficiência (FERRAZ; ARAÚJO; CARREIRO, 2010, p. 412).

Neste sentido, é importante destacar que tanto o professorado quanto a escola precisa entender a deficiência do educando e encontrar mecanismos que possam sanar ou amenizar os problemas desenvolvidos no contexto escolar, como por exemplo, a presença de rampas para os cadeirantes, recursos que auxiliam a construção do conhecimento para o aluno surdo, para o aluno deficiência visual a possibilidade do uso do braile, ou seja, há vários aspectos que precisam ser reavaliados para que a inserção da pessoa com deficiência seja na escola como também na sociedade. Desta forma, a escola deve saber de que maneira poderá responder essas necessidades para intervir pedagogicamente de forma adequada.

Partindo desse princípio para Effgen (2017):

Em nossa sociedade, a escola é esse espaço plural legitimado como o lócus em que o conhecimento sistematizado é mediado a todos que acessam o espaço escolar, garantindo, assim, o direito à educação. Direito esse que pressupõe a garantia de acesso à escola, de condições de permanência nela, assegurando a qualidade na aprendizagem. Em outras palavras, um direito que implica a responsabilidade do Poder Público em prover os meios necessários para efetivar a garantia à educação, que é direito do cidadão e dever do Estado (EFFGEN, 2017, p.26)

Trata-se de premissas mínimas para que o espaço escolar contemporâneo e do futuro tenham condições de evoluir nesse aspecto de inclusão escolar, cumprindo adequadamente sua função social quanto à formação e desenvolvimento desses sujeitos, no contexto social e emocional, onde a interação do aluno com o professor é determinante nesse desenvolvimento. Esses princípios são basilares para que possamos ter uma educação inclusiva que atenda todos alunos independente de sua condição, além disso que tenha estruturas adequadas para receber o público alunado diversificado de forma que todos sejam contemplados e não sejam excluídos ou segregados nesse ambiente.

Segundo Pimenta (2002):

O trabalho docente com o deficiente na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como a elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciam a profissionalização, valorização e identificação do docente. (PIMENTA, 2002, p. 131-132)

Desta maneira a inserção é um evento global, uma transformação deflagrada e para melhor embate olhando para a história da deficiência estamos certos de que já avançamos de forma lenta e de que somos capazes de avançar muito mais. Todos devem aprender juntos, as trocas de experiências e de saberes são construídos no coletivo, no dia a dia, por isso que nenhuma política de ensino que pense num processo de ensino e aprendizagem segregativo conseguirá atingir de forma integral sua meta, pois a diversidade precisa ser entendida como necessária e oportuna para a construção do saber e para a quebra de preconceito e de dogmas. Portanto, os estabelecimentos de ensino devem levar a aprendizagem de fato, e não a promover um sistema que gera uma nova exclusão.

Embora que algumas escolas tenham avançado mesmo que de forma lenta é importante não perdermos o foco em busca de uma educação de qualidade que veja o outro como um sujeito de potencialidades e habilidades que são fundamentais para sua construção, todos os alunos tem limitações, não aluno que não possua problemas numa disciplina ou que não consiga resolver todas as questões propostas nas provas, que não precise de ajuda do professor para solucionar um problema ou retirar dúvidas, isso quer dizer que todos os alunos têm limitações, porém o aluno com deficiência visual, física, intelectual e/ou auditiva tem que superar diversas barreiras

que muitas das vezes fragilizam seu processo de desenvolvimento social (FREIRE; BIANCHETTI, 2017).

A pessoa com deficiência enfrenta vários problemas para que sua presença nos cenários sociais sejam de fato aceitos, essa ainda é uma realidade no século atual, existem muitos deficientes que ainda tem vergonha se saírem na rua por inúmeros fatores que cada vez mais tem sido frequente, a saber: preconceito, discriminação, a perpetuação da ideia de incapacidade, de anormalidade, fora dos padrões da sociedade e outros), concepções essas que eram bastante fortes no século XIX ainda hoje precisamos em muitos contextos sociais, por isso sua integração no espaço escolar deve ser entendida como um direito intransferível, constitucional e que por isso deve ser respeitado e garantido, e que seu acesso nas escolas possam ser desenvolvido em permanência, sendo este um dos pontos mais críticos.

Em virtude disso, no entendimento de Cunha e Magalhães (2011) consideram:

A escola conhecendo o nível de desenvolvimento de seus alunos, deve funcionar como um motor de novas conquistas psicológicas, direcionando o ensino não para etapas intelectuais já alcançadas, mas para estágios de desenvolvimento ainda não incorporados pelos alunos. O professor tem papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente (CUNHA; MAGALHÃES, 2011, p. 27).

O professor tem a capacidade de instigar o alunado a desenvolver competências e habilidades que jamais ocorreriam espontaneamente através do nível de cada um, oportunizando o aperfeiçoamento e desenvolvimento possibilitando novos meios de construir e provocar avanços no desenvolvimento geral do indivíduo nesse processo de ensino aprendizagem através de uma educação inclusiva. Portanto o processo de ensino e aprendizagem dos alunos precisa ser contextualizado, com a multiplicidade de diversidade presente nas escolas faz-se necessário que as estratégias pedagógicas oportunizem um ensino de qualidade, fundamentado em práticas significativas.

Na compreensão de Effgen (2017) e embasados em seus descritos a autora salienta que:

Nesse contexto, compreendemos a potência da escola inclusiva para todos os alunos, independente das condições que os atravessam. Pois, no coletivo, as relações e as experiências vividas são ricas e possibilitam aos envolvidos a aprendizagem e o desenvolvimento. (EFFGEN, 2017, p. 44).

Apesar, de existir irregularidades e muitas coisas desordenadas que provocam à insatisfação da sociedade atual a maneira mais de retificá-las, passa absolutamente pelas mãos

do professor, o bom professor percebe em cada aluno a motivação e alegria onde esse aluno tem esperança de mudança tão necessária à sociedade. É no ambiente escolar que existe a possibilidade de acontecer à transferência de desejos, anseios, esperança e sonhos de geração a geração, é neste contexto que a educação de qualidade e inclusiva precisa acontecer, respeitando as diferenças e a diversidade.

Contemporaneamente somos bombardeados com novas informações e inovações no âmbito tecnológico que nos ajudam repensar nossas práticas, ações no setor social e político, nas particularidades e no coletivo. A dimensão escolar tem sido compreendida cada vez mais como um espaço de renovações e de inclusão de todos os mecanismos necessários para uma construção dos processos de ensino e aprendizagem voltados numas perspectivas de emancipação humana, diante da realidade, recusando-se passividades por parte dos agentes produtores do conhecimento.

Em contribuição a isso, Mantoan e Prieto (2003):

O mundo gira e, nestas voltas, vai mudando, e nestas mutações, ora drásticas ora nem tanto, vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo, mesmo que não nos apercebamos disso. Há, contudo, os mais sensíveis, os que estão de prontidão, “plugados” nessas reviravoltas e que dão os primeiros gritos de alarme, quando anteveem o novo, a necessidade do novo, a emergência do novo, a urgência de adotá-lo, para não sucumbir à morte, à degradação do tempo, à decrepitude da vida (MANTOAN; PRIETO, 2003, p. 11).

No bojo da questão é possível consideramos que a realidade atual não é estática, pelo contrário, é social, econômica, cultural, político e é através dessas dimensões que a educação se constitui como um direito alicerçante de todos os indivíduos. No que tange ao universo escolar, esse espaço é dinâmico, provocativo, quer requer a mediatização do professor, mas um educador que enxergue o aluno enquanto sujeitos com saberes e experiências que devem ser considerados.

Em vista disso, é importante que o professorado olhe o seu aluno como deficiência, mas como um indivíduo que assim como o outro possui limitações, mas que cabe a todos os envolvidos com a educação e com a inclusão de todos os sujeitos rompendo com qualquer discriminação. Hoje com as transformações no mundo tecnológico permitiu que o professorado pudesse redesenhar suas práticas pedagógicas oportunizando um processo de ensino e aprendizagem significativo para, uma vez que possibilitou a inserção de novas ferramentas que trazem dinamicidade para o cenário escolar e conseqüentemente para a atuação do professor (SOUSA, 2020).

Outro aspecto bastante significativo que demos discutir é com relação à formação docente em meio a essa mudança aligeirada na sociedade, no sentido de que as informações que circulam socialmente em poucos minutos são refutadas por outras e assim mantém o ciclo, por meio disso faz-se indispensável à possibilitada de uma formação continuada condizente com o mundo atual. Não há receitas prontas para se fazer um bom educador, mas há caminhos que auxiliam na construção de um profissional emancipatório, libertário e amoroso com o outro, como preconiza Paulo Freire em suas inúmeras obras.

Quanto a este pensamento, Gatti (2003):

[...] se faz necessário mudar a concepção vigente sobre ‘prática’ e ‘teoria’. Prática educacional é prática social com significado e não pode ser tomada como simples receita, ou confundida com tecnicismos modeladores. É necessário transcender o senso comum reificado, superar os sentidos usuais atribuídos às práticas pedagógicas condenadas por muitos sem defesa (e muitas vezes sem argumentos) (GATTI, 2013, p. 55).

Precisamos pensar um contexto escolar que possa de fato incluir a pessoa com deficiência, de forma que as barreiras sejam superadas e que os alunos possam se reconhecer enquanto sujeitos de direitos e deveres, partindo do princípio de que sua atuação na sociedade. Atualmente é possível alinhar os conteúdos trabalhos em sala de aulas com muitas ferramentas que auxiliam na produção do conhecimento, a exemplo de jogos, brincadeiras através de aplicativos que corroboram para que o aluno possa realinhar suas ideias utilizando de instrumentos potencializadores no processo de constituição do saber.

Na compreensão de Marcotti e Marques (2017):

Pode-se considerar que a formação continuada dos professores, em contexto deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a reflexão coletiva. Possibilita também a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiências (MARCOTTI; MARQUES, 2017, p. 84).

Embora tenhamos vivenciado com o advento da tecnologia em todos os setores sociais ainda são observadas práticas engessadas, rígidas, limitantes que ao invés de dar suporte aos profissionais da educação muitos utilizam a tecnologia como sendo “um passa tempo”, isto é, está presente na instituição, mas não é usada de forma correta, abrem-se aqui várias visões acerca disso. Primeiro pelo fato de muitos profissionais acreditarem que a tecnologia dispersa o aluno, e segundo por que muitos não sabem como utilizá-las. Nesta perspectiva, a educação

inclusiva que se quer alcançar no atual contexto educacional utilizando as ferramentas tecnológicas nem sempre é considerada.

Ampliando um pouco mais a discussão, compreendemos a educação como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as seguintes dimensões: a pressão dos conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos nacional e local, a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos e qualquer espaço na sociedade, a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivos, social, ético e político entre outros (TEIXEIRA, 2002).

Almeja-se no atual contexto educacional uma formação alicerçada nos princípios éticos e moral que constitui um cidadão, pois a educação que se constitui atualmente é um modelo de ensino técnico e bancário em muitos contextos educacionais brasileiros, por este motivo que faz-se necessário cada vez mais nos debruçamos sobre estudos que vislumbrem temáticas que nos provoquem a refletir e entender como se desenvolve a educação na conjuntura hodierna. Neste sentido, é fundamental a produção de processos metodológicos e humanitários participativos de construção coletiva em que o foco é o aluno e o respeito as suas subjetividades. Considerando o pensamento de Behrens (2014) a autora acredita que:

Nesse movimento paradigmático, a docência em todos os níveis de ensino tem sido desafiada a adotar metodologias inovadoras e recursos de aprendizagem compatíveis com as exigências da sociedade do conhecimento. Professores e alunos em profunda aliança precisam aprender não só como ter acesso à informação, mas, principalmente, como desenvolver espírito crítico com vistas à produção de conhecimento. O aprender a aprender configura-se como o desafio da sociedade do conhecimento e torna-se significativo uma vez que o docente não consegue ensinar tudo ao seu aluno [...] (BEHRENS, 2014, p. 95-96).

Uma educação inclusiva que se quer alcançar é uma educação que oportunize a inclusão de todos os indivíduos de forma que possam entender e respeitar as diferenças, as diversidades e as subjetividades. O sujeito precisa participar dialogicamente com os outros protagonistas, os homens são seres da práxis, são seres do “quefazer”, diferentes dos animais seres do puro fazer, o homem como ser do que fazer “emergem” do mundo e pode conhecê-la e transformá-la com o seu trabalho. As redes escolares não contam com pessoas que tenham formação suficiente para fazer o acolhimento dos alunos com deficiência e é quanto a isso que precisamos pensar e reavaliar que cidadãos queremos formar e se também reproduzir o preconceito e os discursos discriminatórios diante da pessoa com deficiência.

Assim sendo, a formação de muitos professores encontra-se construída por meio de processos que priorizaram a técnica, o hoje, o agora, ou seja, sobre um imediatismo que ao invés de produzir conhecimento produzem-se máquinas que não olham o seu aluno como ser social, mas simplesmente como um aluno que precisa fazer os seus exercícios e no final receber um título de aprovação (SANTANA, 2010).

Essa realidade se aplica tanto nos espaços escolares de base como também nas universidades, ou seja, aquele aluno da licenciatura que não teve uma boa formação conseqüentemente reproduzirá o que aprendeu no âmbito acadêmico

É importante considerar que a luz de Masetto e Gaeta (2015) que:

Nas circunstâncias descritas acima, de mudanças profundas da universidade, os professores vivem desafios e problemas decorrentes do novo contexto e procuram caminhos para uma docência diferenciada. As exigências de qualificação para a contratação dos professores nas universidades praticamente se limitam à formação na pós-graduação que, por se caracterizar por estudos para a formação do pesquisador, se mostrou insuficiente para enfrentar os desafios que os processos de ensinar e aprender atual exigem. Muitas dificuldades surgem, é preciso principalmente reaprender a ser professor (MASETTO; GAETA, 2015, p. 5).

Nessa ambiência, entendemos que a escola em sua maioria excede em seus formalismos, burocratizando o cenário educacional que é formado para a construção do saber, para reaprender a viver com o outro independentemente de como o outro seja, um ambiente de construção coletiva do saber, criar um espaço pautado nesses aspectos não é ilusório, é possível produzir o lugar em que os indivíduos possam desde cedo entender a enxergar o outro pela alma pela sensibilidade, pela afetividade em todas as suas incertezas, contradições, uma vez que o ser humano é por natureza complexo e contraditório. Uma educação pautada no respeito, na emancipação, na pedagogia da pergunta e da saída do conformismo e da passividade rumo ao inédito viável.

Nesse ínterim, almeja-se uma educação inclusiva desburocratizada, com currículos flexíveis que contemple todos os aprendentes, que os conteúdos escolares dialoguem com a realidade o seu educando, possibilitando que os mesmos possam encontrar relação com sua vivência, suas experiências diárias. No que tange as práticas pedagógicas, é importante frisar que sejam produzidas estratégias em que a pessoa com deficiência possa acessar esse conhecimento de forma que não se sinta negada, pois essa sensação já é experienciada no seu contexto pessoal.

Conclusão

A inclusão da pessoa com deficiência precisa ser compreendida através da valorização do outro e do respeito às diferenças e a diversidade, porém, o que se vê ainda hoje são práticas arcaicas que priorizam os conteúdos e não o seu alunado, isto é, profissionais conteudistas que lhes falta reflexão, repensar o seu agir, assim como “ato político” como preceitua Paulo Freire. Além disso, é preciso corrigir a formação das graduações e incitar todos quanto à importância da formação continuada tendo em vista as mudanças que ocorre na sociedade e com isso o espaço escolar deve caminhar numa mesma perspectiva.

Referências

BERBAT, M. C. ZAPPAROLI K. F. G. **Estagiários como mediadores na inclusão em educação.** Revista Nossos Meios Instituto IBC, vol. 55, n.03, 2013. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/revistas/269-edicao-55-agosto-de-2013>. Acesso em: 6 set. 2019.

BEZERRA, Giovani Ferreira. **Sobre flores e ilusões:** (pro)posições críticas a respeito da categoria inclusão. In: NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia (Orgs.). Educação especial e inclusão escolar: tensões, desafios e perspectivas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p.13-39.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Metodologia de projetos:** Aprender e ensinar para a produção do conhecimento numa visão complexa. Coleção Agrinho, 2014.

COUTINHO, Amanda Carla da Silva. **A trajetória histórica da educação dos surdos no Brasil:** do império aos dias atuais. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus/AM, 2018.

CUNHA, A.C.B. da e MAGALHÃES, J.G. **Oficina de Aprendizagem Mediada:** Uma Proposta de Reflexão da Prática Pedagógica em Educação Inclusiva. Curitiba: Juruá, 2011.

EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. **A Escolarização de Alunos Com Deficiência:** políticas instituídas e práticas educativas, Vitória, 2017.

FERRAZ, Clara Regina Abdalla; ARAÚJO, Marcos Vinícius; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues. **Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I:** comparação dos relatos de mães e professores. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, n. 3, p. 397-414, 2010.

FREIRE, Ida Mara; BIANCHETTI, Lucídio. **Um Olhar Sobre a Diferença:** interação, trabalho e cidadania. Papirus Editora, 2017.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação continuada de professores:** a questão psicossocial. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 191-204, jul.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar:** o que é. Por quê, p. 12, 2003.

MARCHESI, Álvaro. **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas.** In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre : Artmed, 2004.

MARCOTTI, Paulo; MARQUES, Michele Ferreira. **Educação inclusiva-formação e prática docente.** Revista de Pós-graduação Multidisciplinar, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2017.

MASETTO, Marcos Tarciso; GAETA, Cecília. **Os desafios para a formação de professores do ensino superior.** Revista Triângulo, v. 8, n. 2, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. **A formação do professor necessário para a educação cidadã.** In. Revista de educação CEAP – Ano VIII – Nº 29. Salvador: Jun/Ago, 2000.

SANTANA, Alba Cristhiane. **Significações na formação de professores:** um estudo dialógico sobre o desenvolvimento docente. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2010.

SOUSA, Ivan Vale. **Educação inclusiva no Brasil:** Deficiência intelectual e empregabilidade. Paco e Littera, 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas públicas:** o papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Revista da AATR-BA, p. 1-11, 2002.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

SOUSA, Francisco Gilberto Braga de; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Deficiência e Inclusão: Novos Desafios na Contemporaneidade. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2021, vol.15, n.55, p. 169-180. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 10/03/2021;

Aceito: 18/03/2021.